



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 01

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em

23 de Fevereiro de 2013



Assembleia Municipal

ACTA N.º1

-----Ao décimo terceiro dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e treze, no Salão Nobre do Edifício da Câmara Municipal de Arganil, em Arganil, reuniu pelas dez horas a Assembleia Municipal de Arganil, sob a Presidência do Senhor Deputado Luís Filipe Soares Quaresma, Secretariado pelos Senhores Deputados Luís Miguel das Neves C. Almeida e Isabel Maria de Jesus Carvalho, na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente.-----

----- Seguidamente o 2º Secretário procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos: -----

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS

----- Luis Filipe Soares Quaresma, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Luis da Silva Moreira Gomes, Eugénio Tavares Fróis, Fernanda Maria de Almeida Figueiredo Dias, Paulo Emanuel de Paiva Soares, João António Alvoeiro Duarte, António Serra Correia, Isabel Maria de Jesus Carvalho, Luís Miguel das Neves C. Almeida, Carla Maria Travassos Rodrigues, Sandra Margarida Pedroso Dias, António Jorge Martins Barata, Maria José das Neves Fernandes Silva, Rui Martins Portugal, Maria Armanda de Paiva Ventura G. Miranda e Mário Cardoso Simões do Vale. -----

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO

João António Travassos Nunes, Paulo Jorge Marques Amaral, Carlos Alberto Pereira dos Ramos, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Maria do Rosário Gomes Oliveira, Etelvina Nunes dos Santos, Adelino Antunes de Almeida, João Manuel Rodrigues de Oliveira, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, Arménio Lopes da Costa, José da Conceição Lopes, Amândio Fernandes Dinis, Maria da Graça dos Prazeres Ferreira Lopes, Rui Miguel Santos Almeida Franco, José Manuel Figueiredo Martins, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Sarzedo em representação do Presidente, Fernando Ferreira Simões, António Souto Carvalho, José António Gomes Costa e António Tavares, Secretário da Junta de Freguesia de Vila Cova do Alva em representação da Presidente, Cidalina Maria Ramos Lourenço Antunes. -----



Assembleia Municipal

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves e os Senhores Vereadores: Avelino de Jesus Silva Pedroso, Luís Paulo Costa, António Gonçalves Cardoso, Paula Inês Moreira Dinis, Rui Miguel da Silva e Eduardo Miguel Ventura. -----

-----O 2º **Secretário** deu conhecimento das justificações de falta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Eugénio Dias Ferreira e dos Senhores Deputados Mário Pereira Gonçalves, Érica Geraldes Castanheira, João Pedro T. Carvalho Pimentel, Cidalina Maria Ramos Lourenço Antunes, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova do Alva e Fernando Ferreira Simões, Presidente da Junta de Freguesia de Sarzedo, fazendo parte integrante desta acta. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1- Leitura do expediente. -----

-----Teve a palavra o 1º Secretário, **Senhor Deputado Luís Almeida** dizendo que como não havia expediente de grande relevância a assinalar. -----

2 – Discussão e Votação da Acta da Sessão nº5 realizada no dia 15 de Dezembro de 2012.

-----A acta foi colocada à votação, sendo aprovada por maioria com três abstenções. -----

-----3 - Assuntos de Interesse para o Município.-----

----- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Câmara** que depois de cumprimentar todos os presentes e referindo-se à Mini-Hídrica do Vale das Botas referiu que a Agência Portuguesa do Ambiente, emitiu um projecto de parecer favorável condicionado para a Mini-Hídrica, que vai contra aquilo que é a nossa expectativa. De facto pretendíamos que existisse uma pronúncia desfavorável. Está a decorrer o prazo de audiência prévia e, dentro de dez dias, haverá uma decisão definitiva. Nesse sentido gostaria que a Assembleia reforçasse a sua posição relativamente à sua discordância contra a construção desta Mini-Hídrica e de alguma forma nos desse o incentivo para, no caso de haver uma decisão favorável, podermos avançar para os meios judiciais, para procurar contrariar uma construção que vai matar aquilo que são as actividades relacionadas com o turismo da natureza, associadas ao rio e, por outro lado, condicionar significativamente o desenvolvimento urbano da Freguesia de Coja. Estes dois aspetos são para nós cruciais e, portanto, bater-nos-emos até ao fim para que a Mini-Hídrica não seja construída, mais ainda, porque o Rio Alva já dá um contributo



Assembleia Municipal

significativo em termos energéticos, porque para além da Mini-Hídrica de Avô e da Rede Moinhos também tem um aproveitamento hidroelétrico na Barragem das Fronhas, portanto, entendemos que não faz sentido existir outra Mini-Hídrica no Rio Alva. -----

-----Relativamente ao processo de Reorganização das Freguesias informar que já deu entrada a providência cautelar, paralelamente a isso também fizemos uma participação ao Provedor de Justiça queixando-nos do facto de a pronuncia que a Assembleia Municipal emitiu em 29 de Setembro último, não ter sido considerada, nem analisadas as propostas que a Assembleia Municipal, emitiu que depois da avaliação que fizer poderá eventualmente, enviar alguma participação também para o Tribunal Constitucional, é essa a via porque, só o Provedor de Justiça pode pedir a fiscalização sucessiva da Lei, para além dos Partidos, que como é perceptível não o fazem. -----

-----Finalmente e, sobre as piscinas municipais referiu que, depois da inauguração, detetou-se que haviam nos difusores, onde se faz a injeção de água para a piscina, ligeiras perdas que importava resolver. Entendemos que essa resolução devia ser feita antes da abertura oficial e, por isso, foi necessário desenvolver alguns trabalhos, nomeadamente, esvaziar a piscina e corrigir essas situações. Por outro lado, contrariamente áquilo que era a nossa expectativa, a EDP só fez a ligação definitiva da eletricidade em 21 de Dezembro. Nesse contexto, só se poderia fazer os arranques necessários das caldeiras do aquecimento da piscina, a ventilação do ar, o sistema de AVAC, depois dessa ligação definitiva. Esses testes estão entretanto realizados e portanto a piscina abrirá durante o mês de Março, era esta a explicação, face a este atraso, relativamente à não abertura da piscina municipal. ---

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado Rui Franco, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça** que após cumprimentar os presentes e tendo em conta a questão da Mini-Hídrica gostaria de fazer algumas comparações com um problema na Freguesia de São Martinho da Cortiça e Pombeiro da Beira, relacionados com a Albufeira das Fronhas. Antigamente, antes da construção da albufeira, havia uma paisagem natural bastante rica, as pessoas viviam em torno do rio, do que ele proporcionava em termos de vantagens agrícolas e paisagísticas e até para o espaço de lazer, tudo isso foi perdido com a construção da albufeira. Na altura houve um conjunto de promessas de compensação às populações sobre as percas que iríamos ter com a construção da albufeira, tudo isso se veio a verificar falso, nunca houve nenhuma compensação para o concelho, nem para as regiões, nem para as populações que habitam na região, atualmente a albufeira acaba por ser um local onde os resíduos da poluição se acumulam, onde proliferam as acácias que é uma praga que se está a alastrar para os terrenos, acaba por não haver ali nenhum aproveitamento real daquele espaço, a não ser a própria EDP e uma empresa privada que instalou uns mini geradores na albufeira. Em resumo, o benefício económico que a albufeira gerou foi exclusivamente para privados, foi para a EDP



Assembleia Municipal

e foi para essa dita empresa que instalou os geradores, isto comparando com a pretensão da construção desta Mini-Hídrica aqui a montante de Arganil, serve de comparação para se perceber que o que essa Mini-Hídrica trará impactos ambientais que depois se irão arrastar para resultados negativos para o turismo, inclusivamente a qualidade da água não ganha com isso, acaba por ser um ponto de depósito de resíduos, as descargas descontroladas, por muito que digam que os caudais são controlados e o caudal ecológico do rio é mantido numa determinada cota, tudo isso se vem a verificar que é falso, porque isso acontece com a albufeira, mesmo que o afluente seja reduzido, os geradores estão sempre a produzir e, assistimos à cota da albufeira a descer para níveis muito baixos o que prejudica qualquer tipo de utilização turística daquele espaço tendo em conta que não temos uma cota média aceitável. No inverno existem cotas muito altas e de verão zonas que ficam totalmente a seco. Portanto, o exemplo de São Martinho da Cortiça e Pombeiro da Beira, explica bem aquilo que de negativo a Mini-Hídrica trará e acho realmente que se deve usar todas as forças possíveis, mobilização de pessoas e pareceres para que não se permita a construção dessa Mini-Hídrica. Por fim, solicitou ao Senhor Presidente que se ainda estivesse em fase de consulta pública que se emitisse um parecer comparativo com o caso da albufeira das Fronhas.-----

-----Finalmente informou que a Junta de Freguesia dos Cepos vai organizar um almoço convívio com o objetivo de angariação de fundos, para a conclusão das obras do Restaurante do Chão da Cabeça. Tendo em conta que há esta feliz coincidência do almoço calhar hoje, em dia de Assembleia Municipal, seria interessante que todos, na medida do possível, participássemos nesta iniciativa por se tratar de uma iniciativa interessante e que merece todo o nosso apoio tendo em conta que é um investimento de uma Freguesia do Concelho de Arganil e que se propõe com isso criar condições para que possa melhor receber os visitantes e gerar um espaço de convívio num lugar tão bonito como é a freguesia de Cepos. Referiu que iria fazer passar uma folha de inscrição, o almoço decorrerá às 13 horas e terá um custo por adulto de quinze euros, todo esse valor com certeza que irá ser um grande auxílio para que realizem as obras que são necessárias no referido restaurante. -----

-----Interveio o **Senhor Deputado Luís Gomes**, que depois de cumprimentar os presentes e reportando-se à Mini-Hídrica, referiu que pelo facto de já ter sido emitido um parecer, ainda que não definitivo, da Agência do Ambiente e como habitualmente as propostas que saem desta Assembleia direccionadas para a Assembleia da República não produzem efeito, ou pelo menos são letra morta, nesse sentido propunha que no caso de ser emitido um parecer em definitivo, em relação à construção da Mini-Hídrica, por parte da Agência Ambiental, que se constituísse uma Comissão constituída por representantes da Assembleia e do Executivo, que marcasse uma reunião na Assembleia da República com os Deputados eleitos pelo circulo de Coimbra para o assunto ser tratado



Assembleia Municipal

diretamente na Assembleia. Creio que esta será uma forma muito mais eficaz e com muito mais força para efetivamente termos conhecimento daquilo que pensa o Governo fazer e daquilo que os Senhores Deputados eleitos pelo circulo tencionam fazer em relação a esta problemática. -----

-----Referiu-se também à Zona Industrial da Relvinha dizendo que nestes últimos dias têm havido fortes chuvadas que têm provocado pequenas inundações aqui e acolá, embora sem prejuízos de maior. Na Zona Industrial da Relvinha por talvez não haver um encaminhamento correto de águas que decorrem da parte mais elevada em relação ao plano onde se situam as empresas, têm acontecido pequenas derrocadas, algumas delas têm provocado dificuldades em algumas empresas, nomeadamente numa empresa onde houve uma derrocada de um talude em relação à divisão do lote onde se situa essa empresa tornando-se necessário fazer uma intervenção rápida para que mais prejuízos não sejam causados. Não podemos esquecer que as empresas que se situam na Zona Industrial produzem riqueza, têm postos de trabalho e em situações de emergência, a Câmara deve intervir para tentar minorar esses problemas. O que este empresário pede é tão simplesmente a intervenção de uma máquina e de uma viatura pesada para retirar tudo aquilo que caiu e que está a impedir a realização de certos trabalhos normais dentro da empresa, sendo que foi feita uma solicitação à Câmara mas ainda não teve uma resposta. Assim solicitava uma informação concreta sobre a resolução deste assunto. Ainda sobre a Zona Industrial da Relvinha informou que teve oportunidade de verificar que existem algumas dificuldades de circulação, há acessos onde se torna praticamente impraticável o trânsito de camiões pesados de grande tonelagem, isto porque não existem encaminhamentos de águas pluviais que vão para o pavimento e impedem a circulação fazendo com que fiquem atolados. Nesse âmbito seria necessário arranjar uma solução mesmo que não fosse definitiva. No entanto gostaria de saber se a Câmara tem alguma intenção programada para proceder à conclusão dessa via de acesso que permita a circulação de uma zona para a outra da zona industrial. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado João Travassos, Presidente da Junta de Freguesia de Arganil** que depois de cumprimentar os todos os presentes, realçou que estavam na sala representantes do Vale da Nogueira, que não se devem ter apercebido que a altura de falar já passou. Assim informo que a razão que os aqui trouxe foi o mau estado em que se encontra a estrada, pelo facto de uma vez que as máquinas andam a substituir a conduta de água se não seria oportuno proceder à abertura das valas para instalação da conduta de esgotos, um trajeto pequeno, mesmo antes da ETAR estar construída e também pelo estado em que se encontra a via em Vale Nicolau, uma vez que esta não tem largura suficiente que permita uma obra de fundo mas tem de se arranjar uma solução. Ainda sobre o Vale Nicolau fez referência a uma carta de dois munícipes, Vitor Manuel Lopes



Assembleia Municipal

Dias e Helena Cristina Castanheira Quaresma, onde dizia que desde Novembro de 2012 morava naquele local, altura em que foi alcatroada a estrada de Vale da Nogueira à Chã e que o Senhor Presidente da Câmara visitou o local, desde essa altura muito pouco tinha sido feito, foi apenas espalhado um pouco de tuvenan nas laterais da estrada pela Junta de Freguesia. No entanto, com o inverno e como não existem valetas, a água das chuvas tem levado o tuvenan abrindo buracos pela situação exposta solicitavam uma rápida solução para o problema. Por fim referiu que estava convencido que entre a Câmara e a Junta de Freguesia se encontraria uma solução, uma vez que há pouco tempo se tinha deslocado ao local e realmente não tem condições absolutamente nenhuma. ---

-----O **Senhor Deputado Eugénio Fróis** cumprimentou os presentes e referiu que gostaria de propor à Assembleia Municipal, um voto de pesar pelo desaparecimento de algumas figuras importantes nesta comunidade que nos deixaram muito recentemente, Joaquim Fernandes, Francisco Carvalho da Cruz e da mãe do nosso autarca Carlos Ramos, proponho assim se a Assembleia Municipal o entender, que se proceda a um minuto de silêncio e se aprove um voto de pesar pelo desaparecimento destas pessoas. -----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** interveio para se associar a esta proposta de voto de pesar, referiu que a Câmara, por unanimidade, aprovou o voto de pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Fernandes que foi durante muitos anos Presidente da Assembleia de Freguesia e portanto um autarca que nos merece o maior respeito, foi um autarca bastante empenhado naquilo que eram os assuntos da freguesia, Francisco Carvalho da Cruz foi Director da Comarca de Arganil, teve um papel relevantíssimo na difusão do nome de Arganil através das páginas da Comarca de Arganil e também o voto de pesar aprovado por unanimidade, pelo falecimento da mãe do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Barril de Alva a quem endereçamos os nossos sentidos pêsames pelo falecimento de sua mãe e pelo falecimento da filha da tesoureira da Junta de Freguesia de Arganil, a Lucília Rebelo, também um voto de pesar. -----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia em exercício** colocou o voto de pesar a votação que foi aprovado por unanimidade. De seguida foi guardado um minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Joaquim Fernandes, Senhor Francisco da Cruz, mãe do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Barril de Alva e pelo falecimento da Lucília Rebelo, filha da tesoureira da Junta de Freguesia de Arganil. -----

-----Teve novamente a palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** para falar sobre a Mini-Hídrica, expressar o nosso voto contra a construção da Mini-Hídrica e o nosso apoio às iniciativas que a



Assembleia Municipal

Câmara possa vir a tomar conjuntamente com a Assembleia Municipal, disse ainda que estão disponíveis para integrar, no seguimento da sugestão que foi feita pela Bancada do PSD, para integrar um grupo de trabalho que vise de facto marcar a nossa presença com força. Salientou também a forma como têm estado preocupados e atentos em relação a esta matéria uma vez que muito recente convidaram os Deputados pelo círculo eleitoral de Coimbra do PS, que conhecem bem o problema, estiveram no local e estava convencido que continuarão disponíveis para ajudar nesta matéria que é vital para todos, enquanto Cojense à beira rio, reconheço os problemas que decorrem com a Mini-Hídrica e naturalmente que estou com uma motivação acrescida para lutarmos contra esta construção.

-----Quanto à Reforma Administrativa saudar a Câmara Municipal nesta iniciativa de continuar a lutar pela manutenção daquilo que foram as nossas propostas, estamos ao lado dessa luta e saudamos com agrado essa iniciativa. -----

-----Relativamente às piscinas fazer votos para que desta vez o Senhor Presidente da Câmara acerte, para bem de todos e que seja de facto possível cumprir este novo calendário, isso agrada-nos e faço votos para que tal aconteça. -----

-----Por fim, falar num assunto que me parece de grande importância e que é a EN342 que tem a particularidade de ligar o Alto e o Baixo concelho e os dois polos habitacionais mais importantes, que é Arganil e Coja. Esta estrada está inapropriada, é um percurso difícil com condicionantes de vária ordem e se apanharmos no percurso um autocarro ou um camião pesado é difícil vir a Arganil. O que eu hoje constato é que na zona de Pomares ganhou-se o hábito de fazer compras em Oliveira do Hospital, isto que eu estou a dizer é um dado de facto e também verifico que as pessoas do Alto concelho estão a começar de se deslocar a Tábua, porque apesar do traçado novo ter mais quilómetros é muito mais cómodo ir a Tábua. Ora bem, ou nós fazemos, Município de Arganil, uma iniciativa urgente e fazemos algo no sentido de inverter esta situação ou podemos estar de facto a perder uma ligação natural que depois será mais difícil de repor, isto parece-me de facto um problema que merece a nossa atenção com grande urgência.-----

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja** dizendo que gostaria de obter uma resposta em relação a uma pergunta colocada na última Assembleia relativamente à Solalva, se efetivamente houve alguma situação de resolução em relação ao pedido que o Engenheiro Moreira tem feito aqui na Câmara.-----

-----Outra questão, e já me torno repetitivo, é a situação económica de Coja, a cada Assembleia tenho lembrado e hoje faço um apelo ao Executivo para fazer qualquer coisa para ajudar a movimentar a parte comercial e a parte económica de Coja, como referi, as empresas fecharam e neste momento o comércio está a fechar, já fechou o primeiro supermercado e nas condições em que



Assembleia Municipal

estão vão fechar mais, portanto, há que chamar gente a Coja para movimentar o comércio, aproveitar a beleza do Alva, aproveitar as condições e ter iniciativas de promoção para chamar gente a Coja. -----

-----Interveio o **Senhor Deputado Manuel Augusto** que depois de cumprimentar os presentes referiu que não era sua intenção falar mas dada a intervenção do Senhor Deputado Luís Gomes dizer que a sua Bancada se manifesta de forma activa contra a construção da Mini-Hídrica e também está disponível para fazer parte dessa mesma comissão, mas tendo em conta que na altura da construção da Mini-Hídrica de Avô também se formou uma comissão, foram feitos estudos sobre o impacto ambiental e o resultado todos sabemos qual foi. Tanto mais pelo que eu li da acta da Assembleia Municipal anterior da qual não pude estar, o Estado Português já recebeu oitocentos mil euros e será difícil voltar atrás, mas de qualquer modo esta Bancada apoia a iniciativa. -----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** sobre a questão da Mini-Hídrica informou que decorreu de facto um período de discussão pública, no âmbito do estudo do impacto ambiental, no qual a Câmara se pronunciou, uma série de entidades se pronunciaram, algumas freguesias, e todas em sentido contrário portanto, relativamente a essa matéria o concelho de Arganil está em absoluto consenso contra a construção de uma possível Mini-Hídrica, por outro lado, também dizer que concordava com a proposta que o Senhor Deputado Luís Gomes trouxe, naturalmente que dá mais força, constituir um Grupo de Trabalho que envolva não só a Câmara mas também a Assembleia Municipal, julgo que devíamos fazer um convite público aos Senhores Deputados, apesar de alguns Grupos Parlamentares já o terem feito, para visitar o local onde pretendem instalar a Mini-Hídrica e ver como ela vai prejudicar o concelho de Arganil, as actividades de turismo ligadas ao rio e também a questão do desenvolvimento urbano de Coja, naturalmente parece-me uma boa metodologia envolver os Deputados neste processo, porque ao fim ao cabo, eles são eleitos para nos representar e devem cumprir o seu papel. -----

-----Sobre o almoço de angariação de fundos para o Restaurante de Chão da Cabeça, dizer que naturalmente também me associo a esse almoço com todo o gosto, tem como finalidade erguer um ponto de valorização económica e turística da Serra do Açor e naturalmente que acompanho e sou solidário com esta iniciativa da Junta de freguesia de Cepos. -----

-----Quanto à questão da Zona Industrial da Relvinha, nomeadamente sobre um problema resultante das intempéries dos últimos dias, a Câmara já está em cima do assunto e, estou certo que será possível encontrar uma solução em conjunto entre a Câmara, a própria empresa e naturalmente a Junta de Freguesia que também está envolvida no processo. Dizer também que ainda relativamente à Zona Industrial da Relvinha, há algumas infraestruturas que precisam ser melhoradas, temos essa noção mas, face aos condicionalismos económicos não pode avançar tão depressa quanto



Assembleia Municipal

gostaríamos, de todo o modo, faremos sempre intervenções necessárias para criar as condições mínimas para que as empresas possam trabalhar e possam escoar os seus produtos. Temos acompanhado muito de perto as empresas neste período mais difícil que o país está a atravessar, não é só no concelho de Arganil, mas temos procurado acompanhar as empresas e ajudá-las a encontrar soluções para ultrapassar os problemas que vão surgindo no dia-a-dia.-----

-----Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Arganil, referiu-se a duas situações relacionadas com o Vale da Nogueira, relativamente ao Vale da Nogueira devo recordar que a rede de saneamento está praticamente concluída, falta de facto um pequeno troço que poderemos entretanto executar no quadro desta intervenção que estamos a fazer, de substituição integral da rede de abastecimento de Vale da Nogueira, depois desta substituição será feita uma repavimentação da estrada de acesso ao Vale da Nogueira. Assim, deixava o desafio ao Senhor Presidente da Junta para além da rede que falta é necessário criar a solução de tratamento para que possa ser também nosso parceiro no sentido de podermos resolver também essa questão, uma vez que assim ficaria definitivamente resolvido o problema do saneamento do Vale da Nogueira.-----

-----Sobre a questão do Vale Nicolau, o problema tem a ver com largura da estrada que é de facto muito estreita e não permite a passagem de uma maquinaria adequada, nomeadamente uma pavimentadora e, por isso, é que ela ainda não está executada mas poderemos estudar outra solução. Também registei com muito agrado a disponibilidade do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arganil no sentido de em conjunto encontrarmos uma solução. -----

-----Agradecer as palavras do Senhor Deputado Eugénio Fróis sobre a reforma administrativa, isto é uma causa de todos, portanto, julgo que foi um processo exemplar em termos de unidade e consenso do concelho relativamente a esta matéria.-----

-----Sobre a EN342, concordar com as palavras do Senhor Deputado Eugénio Fróis, de facto o reforço deste eixo Arganil - Coja é fundamental em termos da própria coesão territorial e o desenvolvimento harmonioso do concelho. Em Novembro de 2011, tive ocasião de reunir com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas e solicitar ao Governo, através das Estradas de Portugal, que pudessem rapidamente desenvolver o projecto de requalificação da EN342 entre Arganil e Coja, para melhorar as condições de transitabilidade, a fluidez e a mobilidade das pessoas dentro do concelho de Arganil, essa é uma batalha que iremos continuar a travar porque de facto entendemos que a recuperação e a requalificação desta via é essencial para garantir o desenvolvimento harmonioso do nosso concelho.-----



Assembleia Municipal

-----Sobre a questão da Solalva dizer que a questão que é colocada tem a ver com a faixa de protecção à albufeira, essa questão está contemplada na proposta de revisão do PDM, que se encontra numa fase bastante adiantada, era essa nota que gostaria de dar.-----

-----Quanto à situação económica de Coja, temos todos a noção que se está a atravessar uma grave crise económica no nosso país, portanto não podemos separar aquilo que se passa em Coja, daquilo que se passa no concelho de Arganil e no país, o rendimento disponível hoje é muito menor do que aquele que tínhamos há alguns anos atrás, portanto as pessoas têm menos dinheiro para investir e menos dinheiro para o consumo, paralelamente a isso, há uma crise significativa em alguns sectores nomeadamente no sector da construção e isso tem repercussões inevitáveis na qualidade de vida das pessoas e também no movimento que se possa dar sobretudo ao comércio. Relativamente a Coja, todos reconhecemos que Coja tem uma atratividade turística importante e dos esforços que têm sido desenvolvidos pela Junta de Freguesia que merecem o nosso reconhecimento e o nosso aplauso, a própria Câmara tem procurado apoiar esses esforços de animação, de criar condições de atratividade para que as pessoas possam vir, naturalmente que há outras áreas que nos preocupam, nomeadamente a questão do alojamento que deve ser fomentada porque se queremos turistas no nosso concelho e em particular em Coja, é necessário haver resposta ao nível do alojamento, isso é uma matéria que depende mais do investimento privado que do investimento público.-----

-----Por outro lado, julgamos que há um conjunto de oportunidades hoje para as micro e pequenas empresas, através do Programa Valorizar recentemente aprovado pelo Governo, através das medidas de apoio ao emprego que o Governo anunciou e que o Instituto de Emprego e Formação Profissional já está a desenvolver e portanto da parte da Câmara haverá toda a disponibilidade para ajudar as pessoas que pretendam desenvolver projectos empresariais e micro empresas, ajudar esses actores locais a fazer as respectivas candidaturas, da nossa parte há essa disponibilidade. Há também outros instrumentos, nomeadamente do instituto de Emprego e Formação Profissional que também estará naturalmente aberto para ajudar a criar condições para que haja mais emprego no nosso concelho, apesar do nosso nível de desemprego ser dos mais baixos da região e muito abaixo da média nacional mas, de todo o modo, enquanto houver um desempregado, enquanto houver uma pessoa sem trabalho essa situação deve-nos preocupar e devemos dirigir todas as acções no sentido dessa situação poder ser ultrapassada, mas, dizer ao Senhor Presidente da Junta de Coja que pode contar com a Câmara no desenvolvimento de iniciativas que possam gerar atratividade e reforçar aquilo que é a oferta turística e a oferta económica em Coja.-----



Assembleia Municipal

-----O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** referiu que o Senhor Presidente da Câmara gostaria de dar algumas novidades, que é a questão da inclusão de dois pontos e a retirada de um ponto, gostaria que o Senhor Presidente esclarecesse a Assembleia. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** dizendo que sobre a questão da inclusão de dois pontos na ordem de trabalhos, tem a ver com algo que surgiu já depois da ordem de trabalhos estar elaborada e ter sido enviada aos Senhores Deputados, um tem a ver com a Construção de Edifício de Apoio na Fraga da Pena, Benfeita, a fim de ser declarado o interesse municipal, outro ponto, seria a apreciação e votação do reconhecimento do carácter estratégico do projecto de modernização administrativa, candidatado pelo Município de Arganil ao SAMA – Sistemas de Apoios à Modernização Administrativa, no âmbito do aviso para a apresentação de candidaturas nº01/SAMA/2012. -----

-----Relativamente ao ponto número dois, apreciação e votação da Alteração ao Protocolo de Gestão de Água entre o Município de Arganil e a Junta de Freguesia de Coja aprovado em reunião de Câmara de 18 de Setembro de 2012, e em Assembleia Municipal de 29 de Setembro de 2012, tivemos uma reunião com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coja e chegámos a um entendimento relativamente a uma matéria. Este protocolo desenhava aquilo que era o valor a pagar pela água proveniente do sistema de captação de Vila Cova para 2013, 2014 e os anos seguintes, acontece que, em Janeiro de 2015, segundo o que está escrito na Lei, todos os sistemas terão que ser geridos pela Câmara Municipal. Há a faculdade depois de poder haver uma subconcessão a outras entidades, nomeadamente, neste caso concreto, se for esse o entendimento, a Câmara poderá receber as infraestruturas e no mesmo momento fazer uma subconcessão e a Junta de Freguesia de Coja poder continuar a gerir a água, apenas tendo que assegurar as análises e o relacionamento com a Entidade Reguladora do Sector de Águas e Resíduos. Aquilo que entendemos e que se calhar faz sentido, pensando nos anos seguintes, que esta questão também seja discutida e, aquilo que entendemos como mais correcto era redesenhar o protocolo apenas para 2013, que tem efeitos a partir de 01 de Janeiro, com o pagamento do valor de onze cêntimos, que era aquilo que estava plasmado nesta proposta e em Abril far-se-ia essa proposta de protocolo só para o ano de 2013, com o compromisso que até ao final do ano ter-se-á de fazer uma discussão mais alargada sobre os anos seguintes e sobre esta questão da própria gestão da água, portanto, propunha-mos que este assunto, com uma nova versão de protocolo fosse discutido no mês de Abril.-----

-----Teve a palavra o **Senhor Deputado João Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Coja** dizendo que há cem anos atrás o abastecimento de água de Coja resumia-se a dois pontos, um era a Fonte Nova, uma fonte histórica com uma frase que muito significa e que diz, “o povo me fez”,



Assembleia Municipal

outra a Fonte do Tapado, uma fonte chafurda, onde os cântaros entravam para se encher dentro da própria fonte. Acerca de setenta e cinco anos, era Presidente da Junta de Freguesia o Professor Manuel Fernandes Costa, Diretor da Faculdade de Farmácia de Coimbra, pertencia à junta o meu pai, António de Oliveira Júnior e o Senhor António Calinas que fizeram uma coisa que era inédita, a distribuição de água pelas casas, foram buscar uma exploração de água à Mina da Cabrieira, talvez há vinte ou trinta anos, a Câmara de então, do Professor Coimbra e do Senhor Luís Gomes, fizeram um projecto para o abastecimento de água de Vila Cova, um projecto intermunicipal em que estava envolvido Vila Cova, Anseriz e Coja, que tinha já o seu abastecimento, entrou nesse projeto para aumentar a área e o número de população para haver a possibilidade de um financiamento maior, no entanto, essa água vinda de Vila Cova nunca chegou a Coja, porque bem vistas as coisas era mais para ir ao encontro de aumentar as verbas do que propriamente pela necessidade, no entanto, só há cerca de sete ou oito anos é que se acabou a construção do depósito, fez-se a ligação então da água de Vila Cova para Coja e começou-se a utilizar essa água e Coja a vender a água sem a pagar à Câmara, isto porque, na altura houve um acordo entre a Junta e a Câmara, a Junta fazia obras no campo de futebol e no caneiro em compensação disto. Chegou a altura na verdade de Coja ter de pagar a água, ninguém põe em contrário isso, apenas deveremos discutir, vamos pagar por quanto, vamos encontrar esses números, para que sejam números justos para as duas partes, isto acaba por ser um processo temporário na medida em que depois de 2015, quando se fizer essa passagem mais definitiva, segundo a Lei, das águas da Câmara para Coja, Coja terá de fazer uma captação própria junto ao Rio, ou junto ao depósito, na medida em que a canalização de Coja até ao Barril está muito velha e com grandes perdas de água, por isso agrada-me esta disposição da Câmara de Arganil em chegar a um acordo calmo de interesse para as duas partes, principalmente também para Coja. -----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia em exercício** referiu que pelo que tinha percebido, também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Coja era de opinião que o assunto fosse retirado da ordem de trabalhos. -----

-----Seguidamente colocou a votação a exclusão do ponto número dois da ordem do dia, "Apreciação e votação da Alteração ao Protocolo de Gestão de Água entre o Município de Arganil e a Junta de Freguesia de Coja aprovado em reunião de Câmara de 18 de setembro de 2012, e em Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2012".-----

-----Foi aprovado por unanimidade que este ponto fosse excluído da ordem do dia. -----

-----Colocou também a votação o aditamento do ponto numero seis, com a seguinte redacção, "Discussão e votação da Construção de Edifício de Apoio na Fraga da Pena, Benfeita, declaração de interesse municipal", sendo aprovado por unanimidade. -----



Assembleia Municipal

-----De seguida colocou também a votação a inclusão do ponto número sete, com a redacção, "Discussão e votação do Reconhecimento do carácter estratégico do projecto de modernização administrativa, candidatado pelo Município de Arganil ao SAMA – Sistemas de Apoios à Modernização Administrativa, no âmbito do aviso para a apresentação de candidaturas nº01/SAMA/2012", que foi aprovado por unanimidade.-----

ORDEM DO DIA

1 – Apreciação e votação da Renovação da autorização concedida para a abertura excepcional de procedimentos concursais comuns de recrutamento para postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Arganil. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** dizendo que esta renovação da autorização, eram três concursos que estavam em concurso e, que naturalmente com a mudança do ano é necessário que a Assembleia Municipal renove a autorização que já tinha dado no ano passado para o seu procedimento e a sua conclusão.-----

----- Ausentou-se o Senhor Deputado Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Benfeita. -----

-----Não havendo mais intervenções foi colocada a votação a renovação da autorização concedida para a abertura excepcional de procedimentos concursais comuns de recrutamento para postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Arganil, que foi aprovado por unanimidade.-----

----- Mais se deliberou, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal.-----

2 – Apreciação e votação da alteração por adenda a Protocolos de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia de Coja, Folques, São Martinho da Cortiça, Benfeita e Secarias, nos termos do artigo 66.º n.º1 da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** dizendo que quando se refere a questão da delegação de competências de Coja, Folques, São Martinho da Cortiça, Benfeita e Secarias, também



Assembleia Municipal

deve figurar Sarzedo, sendo que a não referência no texto foi uma gralha uma vez que aparece no mapa de fundos disponíveis, Sarzedo terá naturalmente uma atualização. -----

-----Este assunto tem a ver com o facto de existir um valor de referência para transferir para as Freguesias, relativamente à questão do pessoal. A Câmara tem pessoal nas Freguesias e tem-se vindo a fazer uma transição no sentido de atribuir um valor que seja suficiente para pagar o recrutamento de colaboradores e, chegou-se à conclusão que o valor que estava a ser aplicado já não era suficiente para pagar todas as despesas dessa delegação de competências. Por isso o que se está a propor é uma atualização, estas Juntas de Freguesia receberão mais dinheiro que será suficiente para pagar os compromissos que têm relativamente a pessoal. -----

----- Regressou o Senhor Deputado Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Presidente da Junta de Freguesia de Benfeita. -----

-----Foi colocado a votação a alteração por adenda a Protocolos de Delegação de Competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia de Coja, Folques, São Martinho da Cortiça, Benfeita, Secarias e Sarzedo, nos termos do artigo 66.º n.º1 da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro, que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal.-----

3 – Apreciação e votação do Projecto de Regulamento de Feiras e Mercados do Município de Arganil, nos termos da alínea a) do n.º2 do artigo 53.º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** dizendo que se trata de uma alteração muito circunscrita ao Regulamento de Feiras e Mercados do Município de Arganil e que pretende apenas agilizar aquilo que é o modo de adjudicação das bancas. De facto, o período que estamos a atravessar torna necessário agilizar procedimentos e, portanto, é na prática isso que é proposto. -----

-----Usou a palavra a **Senhora Deputada Maria da Graça Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira** que depois de cumprimentar os presentes referiu que gostaria apenas, a propósito deste ponto, alertar e chamar a atenção para o seguinte; as feiras do nosso concelho constituem algum potencial e alguma atratividade, como dizia o Senhor Presidente da Junta



Assembleia Municipal

de Freguesia de Coja. Referindo-se à Feira de Santa Quitéria disse que gostaria de a ver integrada nos programas turísticos do concelho, porque de facto, tanto a Feira de Santa Quitéria como a Feira de São Martinho, têm uma amplitude que merece ser explorada neste âmbito do turismo e, como este ano, foi feito um grande investimento em Santa Quitéria, ao qual a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal participou, penso que não seria descabido pensarmos que estas duas feiras poderiam integrar um roteiro, enriquecendo o programa do turismo do nosso concelho. Era isso que gostaria de pedir ao Senhor Presidente da Câmara, porque temos ali um potencial que pode ser desenvolvido e pode trazer mais-valias ao concelho. -----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia em exercício** colocou a votação o Projecto de Regulamento de Feiras e Mercados do Município de Arganil, sendo aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal.-----

4 – Apreciação e votação da redução do número de trabalhadores em exercício de funções na modalidade de contratos de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo e renovação de contratos de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo. -----

----- **Ausentaram-se os Senhores Deputados Municipais Paulo Emanuel de Paiva Soares, Mário Cardoso Simões do Vale e José da Conceição Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Piódão. -----**

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** referindo que a Lei do Orçamento de Estado para 2013, impõe que haja uma redução de 2% no pessoal afeto a todos os organismos públicos, incluindo as autarquias locais. Esse número vai ser cumprido face às pessoas que passarão ao estatuto de aposentação. Por outro lado, também há outra regra que é cumulativa, que indica que tem de existir uma redução de 50% do número de trabalhadores, em regime de contrato em termo resolutivo certo, podendo haver uma exceção, se em primeiro lugar o Executivo e o Órgão Deliberativo autorizarem, nesse âmbito, para prosseguir aquilo que são as funções essenciais da autarquia. Analisada a situação consideramos que esta imposição dos 50% não é compaginável com o exercício eficaz e eficiente das nossas funções. Assim, aquilo que propomos e que está sustentado na



Assembleia Municipal

informação que alicerça esta proposta, que foi aprovada também pela Câmara, é que esta redução não seja de 50% mas de 21%, pelos motivos que estão plasmados nessa informação e que têm naturalmente conformação legal com aquilo que está na Lei do Orçamento de Estado, onde também está descrito que tipo de situações é que podem levar a que haja um regime de exceção como este que estamos a propor.-----

-----Interveio o **Senhor Deputado Rui Franco, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho da Cortiça** referindo que estava perfeitamente de acordo com esta medida apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara e, aproveitava a ocasião para dizer que, as próprias Juntas de Freguesia acabarão por ter que fazer isto também nas suas Assembleias de Freguesia porque corremos o risco de ficar sem colaboradores, nesse sentido criticava esta medida do Governo, por ela ter apenas finalidades económicas e de redução de custos, mas existem outros custos que oneram bem mais o Estado e são menos vantajosas para as populações. Portanto, acho que temos de fazer tudo para que não venhamos a reduzir os nossos quadros de pessoal, tendo em conta que na maior parte dos casos ele até já se manifesta insuficiente para as necessidades que temos. Critico a Lei e apoio essencialmente a medida que possa contornar esta situação e permitir de uma forma legal, que venhamos a manter os mesmos quadros de pessoal.-----

-----Usou da palavra o **Senhor Deputado Eugénio Fróis** para colocar uma questão que era, se a Câmara estabeleceu critérios nomeadamente nestes trabalhadores de contrato a termo para conseguir essa redução, se há algum critério que preterirá a pessoa "a" em relação a "b".-----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** respondendo ao Senhor Deputado Eugénio Fróis disse que não se preteriu ninguém, há situações de contratos que não podem mais ser renovados, portanto não há aqui nenhuma preterição relativamente a esta matéria.-----

-----Referiu também que relativamente a esta regra cega não era nada favorável, reduzir 50% por reduzir 50% sem saber o que é que se está a reduzir, não faz sentido, portanto mais uma vez reafirmava que o Estado tem que fazer primeiro o exercício do que são as suas funções essenciais e, para o exercício dessas funções essenciais, que número de recursos humanos é que precisa, porque verdadeiramente ainda não se discutiu aquilo que é essencial e qual é o papel do Estado na sociedade e para esse papel ser desempenhado de forma eficaz, com quantos colaboradores é que é preciso contar.-----

-----Após a discussão do ponto e não havendo mais intervenções, foi colocado a votação a redução do número de trabalhadores em exercício de funções na modalidade de contratos de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo e renovação de contratos de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo, sendo aprovado por unanimidade.-----



Assembleia Municipal

----- Mais se deliberou, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal.-----

5 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----Não havendo intervenções passou-se ao ponto seguinte.-----

6 – Discussão e votação da Construção de Edifício de Apoio na Fraga da Pena – Benfeita. Declaração de interesse municipal. -----

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** informando que este processo, tem a ver com a instalação de uma zona de apoio na Fraga da Pena face ao elevado número de turistas que temos, julgamos da maior importância existir um ponto de apoio para os turistas e portanto, o ICNB, Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, solicitou que o Município declarasse o interesse público na instalação deste ponto de apoio.-----

----- Regressaram os Senhores Deputados Municipais Paulo Emanuel de Paiva Soares e José da Conceição Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Piódão. -----

-----O **Senhor Presidente da Assembleia** depois de feitos os devidos esclarecimentos, colocou à votação a Construção de Edifício de Apoio na Fraga da Pena, Benfeita, declarando o interesse municipal, sendo aprovado por unanimidade.-----

----- Mais se deliberou, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal.-----

7 – Discussão e votação do Reconhecimento do carácter estratégico do projecto de modernização administrativa, candidatado pelo Município de Arganil ao SAMA – Sistemas de Apoios à Modernização Administrativa, no âmbito do aviso para a apresentação de candidaturas nº 01/SAMA/2012. -----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o **Senhor Presidente da Câmara** dizendo que esta questão tem a ver com uma candidatura que foi feita ao sistema de apoios à modernização administrativa e, pela primeira vez, a entidade que analisa as candidaturas pediu uma declaração da Câmara e da Assembleia Municipal em como o investimento era estratégico e prioritário para o concelho. Esta candidatura, em traços gerais, contempla a ligação sem fios entre os edifícios, melhorar a velocidade de acesso à internet e também a velocidade das próprias aplicações informáticas que utilizamos na Câmara, tendo também um investimento que no CRM faz a ligação entre as diferentes aplicações e vai permitir que os munícipes no futuro, possam ter acesso ao desenvolvimento dos seus processos dentro da Câmara. Portanto, dando um exemplo, um munícipe que introduz um processo de obras na Câmara pode a todo o tempo, com uma password, em casa, saber exatamente qual é o estado do processo. Julgamos que seja uma revolução em termos de modernização e na aproximação entre a Câmara Municipal e os seus munícipes, em que temos também os sistemas de informação geográfica com a georreferenciação, que vai permitir que possamos ter uma informação em tempo real sobre todos os projetos licenciados e sobre todas outras áreas, como saneamento, o abastecimento de água, a sinalética. Assim, será possível através de uma ferramenta fácil poder ter informação georreferenciada sobre estes aspetos e outros que possam vir a ser considerados. -----

-----Na prática propõe-se à Assembleia Municipal que declare como de interesse estratégico para o concelho, o desenvolvimento desta candidatura. -----

-----Colocado a votação o reconhecimento do carácter estratégico e a prioridade de implementação do projecto de modernização administrativa, candidatado pelo Município de Arganil ao SAMA – Sistemas de Apoios à Modernização Administrativa, no âmbito do aviso para a apresentação de candidaturas nº 01/SAMA/2012, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Mais se deliberou, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal.-----

-----Não havendo mais intervenções o **Senhor Presidente da Assembleia** em exercício deu por encerrada a sessão.-----

-----Sendo onze horas e trinta minutos e não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, de que para constar se lavrou a presente acta, que eu _____, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino. -----



Assembleia Municipal

ANEXOS